

Desigualdades de Gênero e Raça na Pesquisa em Educação: quem são e o que pesquisam as mulheres negras bolsistas de produtividade do CNPq?

Gender and Race Inequalities in Education Research: who are black women research scholarship holders from CNPq?

Desigualdades de género y raza en la investigación sobre educación: ¿quiénes y qué son las mujeres negras que reciben becas de investigación del CNPq?

Ivanderson Pereira da Silva¹

Alfrâncio Ferreira Dias²

Resumo

Esse estudo teve por objetivo central analisar a produção científica das mulheres negras que se destacaram no campo da pesquisa em Educação, e que ascenderam aos mais altos níveis de reconhecimento em produtividade científica no país. Para isso, foram consultados os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os Currículos Lattes dessas pesquisadoras; bem como imagens dessas mulheres, disponíveis na internet. O processo por meio do qual se deu a identificação dessas mulheres foi a heteroidentificação étnico-racial virtual. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa, que foi realizado no segundo semestre de 2020. O aporte analítico se situa na análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. Foram analisados 11 Currículos Lattes de 11 mulheres negras, bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, na área da Educação. A partir dessas análises, foi possível constatar que, essas mulheres, por meio dos saberes que produzem e das posições acadêmicas que ocupam, realizam um esforço de resistência epistemológica no campo do

¹ Possui Doutorado em Educação (UFAL/2016) com pesquisas enfocadas na integração das TDIC ao Ensino de Ciências e na Formação de Professores/as de Física mediada por Interfaces da Internet. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (2020/UFS - PNPd/CAPES), com estudo netnográfico acerca dos desafios das mulheres negras brasileiras se constituírem cientistas e de suas lutas para ascenderem às Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq (CA - Educação). É professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca e professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE/CEDU/UFAL); em Ensino e Formação de professores (PPGEFOP/ Campus Arapiraca/ UFAL) e do Doutorado da Rede Nordeste de Pós-graduação em Ensino (RENOEN - Polo UFAL). É professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/CEDU/UFAL). E-mail: ivanderson@gmail.com.

² Pós-doutor pela University of Warwick, UK (2018). Doutor em Sociologia (UFS). Professor Adjunto III do Departamento de Educação - DED da Universidade Federal da Sergipe. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal da Sergipe (Gestão 2016-2018 e Gestão 2018-2020).

gênero e/ou da raça. Sustentamos a tese de que essa resistência é verdadeira nos casos das investigadoras negras que se dedicam a produzir conhecimento especificamente para esse(s) campo(s) de pesquisa; mas também é verdadeira tanto no caso daquelas que investigam campos adjacentes, quanto no caso daquelas mulheres negras que investigam temas mais distantes.

Palavras-chave: Mulheres. Negras. Pesquisadoras.

Abstract

This study aimed to analyze the scientific production of black women who stood out in the field of research in Education, and who rose to the highest levels of recognition in scientific productivity in the country. For this, data from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and the Lattes Curriculum of these researchers were consulted; as well as images of these women, available on the internet. The process through which these women were identified was virtual ethnic-racial heteroidentification. This is an exploratory study of a qualitative nature, which was carried out in the second half of 2020. The analytical contribution lies in the content analysis proposed by Laurence Bardin. Eleven Lattes Curricula of 11 black women, CNPq research productivity scholarship holders, in the Education area were analyzed. From these analyses, it was possible to verify that these women, through the knowledge they produce and the academic positions they occupy, carry out an effort of epistemological resistance in the field of gender and/or race. We support the thesis that this resistance is true in the cases of black female researchers who are dedicated to producing knowledge specifically for this field(s) of research; but it is also true both in the case of those who investigate adjacent fields, and in the case of those black women who investigate more distant themes.

Keywords: Women. Black. Researchers.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar la producción científica de mujeres negras que se destacaron en el campo de la investigación en Educación, y que alcanzaron los niveles más altos de reconocimiento en productividad científica en el país. Para ello, se consultaron datos del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) y el Currículo Lattes de estos investigadores; así como imágenes de estas mujeres, disponibles en Internet. El proceso mediante el cual se identificaron a estas mujeres fue una virtual heteroidentificación étnico-racial. Se trata de un estudio exploratorio de carácter cualitativo, que se llevó a cabo en el segundo semestre de 2020. El aporte analítico radica en el análisis de contenido propuesto por Laurence Bardin. Se analizaron once Currículos Lattes de 11 mujeres negras, becarias de productividad de investigación del CNPq, en el campo de la Educación. A partir de estos análisis se pudo constatar que estas mujeres, a través del conocimiento que producen y las posiciones académicas que ocupan, realizan un esfuerzo de resistencia epistemológica en el campo de género y / o raza. Apoyamos la tesis de que esta resistencia es cierta en los casos de investigadoras negras que se dedican a producir conocimiento específicamente para este (s) campo (s) de investigación; pero también es cierto

tanto en el caso de quienes investigan campos adyacentes, como en el caso de aquellas mujeres negras que investigan temas más lejanos.

Palabras Clave: Mujeres. Negro. Investigadores.

Introdução

Este estudo tomou como objeto de investigação a desigualdade na distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na área da Educação. Nos interessou, especificamente, o grau de desigualdade na distribuição de bolsas concedidas a pesquisadoras negras. Esse recorte se justifica porque apesar dessas mulheres expressarem cerca de, pelo menos, 28% do povo brasileiro (AGÊNCIA BRASIL, 2020), em face da tradição colonialista deste país, a participação dessas mulheres em tais bolsas, na área da Educação, não chega a 2,5%. Contudo, embora baixa, sustentaremos a tese de que essa taxa já é suficiente para anunciar caminhos de luta rumo a uma sociedade igualitária.

Do modo como apresentamos o objeto de estudo no parágrafo anterior, o/a leitor/a pode ser levado/a a deduzir que essa investigação é apenas mais um estudo de caso de racismo institucional. Contudo, partilhamos da tese do professor e jurista brasileiro Silvio Luiz de Almeida (2020, p. 20), quando afirma que “o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Ou seja, o cenário apresentado no parágrafo anterior, não é resultado de uma corrosão do CNPq pelos males do racismo, mas de um panorama já esperado uma vez que essa é a norma numa sociedade racista.

Se pudéssemos usar uma analogia, diríamos que, se o Estado fosse uma casa, o racismo, especificamente o racismo à brasileira, não seria o cupim que corroeu a madeira que suporta o telhado. Se o fosse, com sua substituição, e uma adequada dedetização, o problema estaria resolvido. Não se trata de uma parte da casa que está danificada e que um pedreiro habilidoso possa reformar. O racismo seria uma espécie de cimento, de péssima qualidade, quase que areia pura, usado para unir as pedras dos alicerces, as vigas, as colunas, os tijolos, a laje, o piso e o reboco. Ou seja, o racismo não é um defeito da casa, ele é a própria estrutura da casa, que está caindo e matando quem

está dentro dela. Assim sendo, não há reforma possível que dê conta dos problemas estruturais dessa edificação. Ou ela é demolida, ou seus/suas moradores/as serão soterrados/as na medida em que cada parte da estrutura venha abaixo.

O racismo, portanto, “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2020, p. 20). Os demais modos como esse racismo é reproduzido (individual, institucional, científico, recreativo, etc.), não são mais que manifestações fenomênicas do racismo estrutural. Assim, o racismo estrutural não é um outro tipo de racismo, ele é em si mesmo, a matriz de todas as formas de racismo e deriva diretamente da concepção de raça que inicialmente serviu para classificar animais e plantas, mas que logo em seguida se prestou à criar hierarquias “entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI” (ALMEIDA, 2020, p. 24).

No curso da história, o conceito de raça, aplicado aos seres humanos, ganhou contornos mais sofisticados em função das necessidades objetivas impostas pelas conjunturas políticas e econômicas daqueles que detinham/detém o poder. Sob o amparo do conceito de raça que hierarquizou os seres humanos, e do conseqüente processo de racialização de todo/a aquele que não era branco, no Brasil, deu-se a escravização e o genocídio dos povos negros traficados do continente africano para essas terras, bem como dos povos originários que, abundantemente, aqui viviam, mas que hoje, resistem a cada segundo com seus remanescentes à necropolítica (MBENBE, 2020) que vem sendo implementada, com muito mais força, na medida em que a concentração de riqueza e as desigualdades sociais se aprofundam abruptamente.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no segundo trimestre de 2021 a taxa de desemprego já superava a marca dos 14% e a taxa de subutilização era de 28,6%. Isso significa um número absoluto de, pelo menos, 14,4 milhões de pessoas desocupadas (o que não inclui, por exemplo, as donas de casa, pois apesar de

exercerem trabalho não remunerado, exercem alguma ocupação) e pelo menos 5,6 milhões de pessoas desalentadas, que são aquelas que o mundo do trabalho não vai mais absorver e que por isso já desistiram de procurar emprego (IBGE, 2021). Enquanto isso, a Revista InfoMoney divulgou, com base em dados da Revista Forbes, que, a lista de bilionários brasileiros, que já contava com 273 nomes em 2020, ganhou mais 42 em 2021 (INFOMONEY, 2021).

Com efeito, ao voltarmos o olhar para a situação das mulheres negras no Brasil, percebemos que, segundo Almeida (2020, p. 170-171),

O racismo se manifesta no campo econômico de forma objetiva, como quando as políticas econômicas estabelecem privilégios para o grupo racial dominante ou prejudicam as minorias. Um exemplo disso é a tributação. Em países como o Brasil, em que a tributação é feita primordialmente sobre salário e consumo – que pesa principalmente sobre os mais pobres e os assalariados –, em detrimento da tributação sobre patrimônio e renda, que incidiria sobre os mais ricos –, **a carga tributária torna-se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente das mulheres, visto que estas são as que recebem os menores salários** (grifo nosso).

Essa tributação está embutida, por exemplo, nos preços dos alimentos, eletrodomésticos, ou em impostos como, por exemplo, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cobrados de pessoas que financiam (ou são proprietárias), por exemplo, de motocicletas adquiridas para poderem arriscar suas vidas como entregadoras/os de comida conectadas/as com aplicativos como “Uber Eats”, “Rappi”, e etc. Estamos aqui falando do povo pobre, em especial das mulheres negras pobres, que na pirâmide da sociedade capitalista ocupam os estratos mais inferiores possíveis (DAVIS, 2016). Enquanto isso, aqueles que compram helicópteros, lanchas, iates e jatinhos, por exemplo, estão isentos de pagar o tal IPVA (VEJA, 2021). Não é de se estranhar, portanto, que, na medida em que as taxas de desocupados/as e desalentados/as aumente, dadas as condições estruturais desta sociedade, também aumente o número de bilionários. Cobra-se mais de quem tem menos e, neste caso, o preço não é somente monetário. Os reflexos encontram-se nas condições precárias de moradia, de acesso à saúde, a à educação de

qualidade, às oportunidades de empregos e salários dignos e consequentemente, à própria vida.

Nesse sentido, não podemos tergiversar, nesta investigação, de uma análise interseccional de gênero, raça e classe. Segundo Davis (2017a, p. 17),

Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que **todas as nossas irmãs**, independentemente da classe social, assim como **todos os nossos irmãos**, subam conosco. [...]. Na verdade, a batalha geral por igualdade pode ser profundamente intensificada pela adoção desse princípio. [...] Tal abordagem reflete as aspirações e os interesses frequentemente desarticulados de massas de mulheres de todas as origens raciais. Milhões de mulheres estão hoje preocupadas com empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista. Elas estão preocupadas com o fechamento de fábricas, com a falta de moradia e com a legislação migratória repressiva. Estão preocupadas com a homofobia, o idadismo e a discriminação contra pessoas com deficiências físicas. [...]. Essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade. Essas são algumas das questões que devemos considerar se queremos erguer-nos enquanto subimos (grifos nossos).

Assim, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, 2017b, p. online). Nesse sentido, retomamos às mulheres negras que foram agraciadas com as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq, no campo da Educação, e que “erguem as irmãs enquanto sobem”.

Com efeito, a raça, assim como o gênero, enquanto construções sociais (VAZ, 2018). estão submetidos aos movimentos não-lineares da história. Na disputa discursiva pela hegemonia ideológica, é patente a narrativa do mito da democracia racial. Para Gomes (2005, p. 56) trata-se de “uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento”.

Em suma, trata-se de um discurso negacionista que, de forma maliciosa, visa incutir sobre os ombros do povo a total responsabilidade dos desdobramentos do processo de exclusão social ao qual a comunidade negra foi, e é, submetida. Além disso, esse discurso visa justificar e naturalizar as discriminações que atravessam o tecido social e que hierarquizam a

humanidade por gênero, raça e classe (DAVIS, 2016). Nesse estudo, partimos da premissa de que é imprescindível combater, radicalmente, qualquer discurso contrário ao fato de que estamos situadas/os no bojo de “uma sociedade herdeira de um pós-Abolição totalmente desassistido, tanto em termos de políticas de reconhecimento sócio-histórico e cultural como de redistribuição material” (NUNES, 2018, p. 14).

Esse quadro “reedita as tensões de uma sociedade fortemente racializada que se esconde em discursos de democracia racial ou de uma insustentável dúvida acerca de quem é negro/a no Brasil” (NUNES, 2018, p. 12). Uma vez que essa narrativa alimenta e é alimentada pelo racismo, que é estrutural, é necessário reconhecer que, inclusive, os círculos de produção do conhecimento estão eivados desse ideário, e, em algum grau, também o reproduzem, o ratificam e contribuem substancialmente para sua manutenção. Mais que nunca, é preciso atentar para o que a filósofa norte-americana Ângela Davis nos alertou: é preciso, de mãos dadas, erguer as/os irmãs/ãos enquanto sobem.

Segundo Vaz (2018, p. 32), “não há dúvidas de que a academia é um espaço de poder capaz de instrumentalizar o acesso do indivíduo a importantes formas de conhecimento e ao mercado de trabalho”. Nesse sentido, se nesses espaços de formação intelectual o povo negro, e sobremaneira as mulheres negras, é cerceado do acesso e da permanência, então evidenciam-se a urgência e a necessidade de que ações antirracistas sejam envidadas no sentido de apontar alternativas para uma nova sociedade igualitária.

Assim, em face do quadro de desigualdade no qual se encontram as mulheres negras no Brasil, embora sejam poucas, algumas delas, driblando todas as forças que lhes tentaram privar do direito de apreender e produzir conhecimento, conseguiram ascender às bolsas de produtividade em Pesquisa do CNPq, na área da Educação. Isso quer dizer que essas mulheres movimentaram toda a estrutura da sociedade e que, empoderadas, podem subir mais e fazer subir outras irmãs e outros irmãos para que juntas/os, outra sociedade seja possível. Nesse sentido, ratificamos que o estudo em tela

tem como objetivo central analisar as produções científicas das mulheres negras que se destacaram no campo da pesquisa em Educação e que ascenderam aos mais altos níveis de reconhecimento em produtividade científica no Brasil.

Esse objeto de pesquisa vem nos chamando atenção ao longo dos últimos anos, principalmente após as jornadas de 2015 por meio das quais o povo brasileiro foi às ruas reivindicar pautas misóginas, racistas, e de caráter conservador dentre as quais a extinção das cotas para negros/negras nas universidades e a luta contra o debate sobre Gênero nas escolas. (DEMIER; HOEVELER, 2016). Nesse interim vimos emergir uma nova face do capitalismo, com aproximações nazi-fascistas, que vem sendo designada na literatura como de ideologia libertariana e rotulada como a “nova direita” (GALLEGO, 2018; SILVA, 2018). Esse ideário político-econômico-moral ganhou capilaridade na última década (2010-2020) e tem surfado na crista da onda conservadora em cujo bojo está o ataque à classe trabalhadora.

Nesse contexto, dentro dessa investigação, nos preocupa especificamente o quadro de cientistas negras no Brasil. Para se ter noção do panorama que se apresentava anteriormente às jornadas de junho de 2015, é possível observar os dados estatísticos das mulheres negras que ocupavam assento nos Programas de Pós-graduação (PPG) *stricto-sensu* no Brasil em 2015. Segundo Censo da Educação Superior de 2016, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2019 (GÊNERO E NÚMERO, 2019), o número de cientistas que se declararam negras e que compunham os corpos docentes dos PPG no Brasil, era de 219 naquele período. Ou seja, “quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes” (GÊNERO E NÚMERO, 2019, online).

Com efeito, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciou que, no final de 2015, a população de pretos/as e pardos/as já era superior a 55% do povo brasileiro (IBGE, 2015). Nessa mesma direção, é possível afirmar que, com relação ao gênero, se tomarmos os dados da mesma

pesquisa, especificamente em relação a quantidade de homens e mulheres (IBGE, 2018), perceberemos que o povo brasileiro é composto em sua maioria por mulheres (51,7%).

Ora, se a maioria do povo brasileiro é negro e se a maioria também é composta por mulheres, numa sociedade igualitária, ou que está em busca da igualdade, não faria sentido que menos de 3% das mulheres negras ocupassem assento nas cadeiras dos PPG no Brasil. A questão da desigualdade de raça, gênero e classe se aprofunda quando tomamos o quadro de cientistas com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Segundo dados do CNPq (2019), na medida em que o nível das bolsas ofertadas por esse órgão ascende, o percentual de mulheres agraciadas com esses recursos diminui drasticamente. A desigualdade da distribuição de bolsas de produtividade entre homens e mulheres, principalmente nas bolsas de maior nível de reconhecimento (1A e Sênior), revela essa disparidade: os homens detêm cerca de 80% dessas bolsas e as mulheres cerca de 20%.

Se compararmos esse dado com o que se evidenciou nos dados apontados pelo IBGE, para o ano de 2015, podemos inferir que o percentual de mulheres pretas ou pardas, e que são agraciadas com essas bolsas de produtividade, reproduz o racismo e o machismo que alicerçam essa sociedade. Observa-se que, não obstante o volume total de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq refletir o grau de desigualdade entre homens e mulheres, o volume de bolsas destinadas às mulheres brancas em relação às mulheres negras também intensifica essa desigualdade.

O quadro estatístico indica ainda que, do total de bolsas ocupadas por mulheres ao nível da Iniciação Científica, cerca de 30% são ocupadas por mulheres negras. Já com relação às bolsas de produtividade em pesquisa, do total de bolsas ocupadas por mulheres, apenas cerca de 7% dessas são ocupadas por mulheres negras (CNPq, 2015). Esse é o quadro que se tinha no momento em que a nova direita ascendia ao poder. Passada meia década desse registro, nossa preocupação recai sobre os cenários prospectivos de formação de intelectuais negras.

Diante desses dados, emergiram os seguintes incômodos epistemológicos: Quem são as mulheres negras que resistem e ocupam as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq? Que conhecimentos elas produzem? Que relação o conhecimento produzido por elas mantém com sua experiência de mulher negra numa sociedade machista e racista?

Tais indagações nos mobilizaram a identificar as mulheres negras que foram agraciadas com bolsas de produtividade em pesquisa pelo CNPq; analisar suas trajetórias de pesquisa por meio do que explicitam em seus Currículos Lattes em face de suas experiências enquanto mulheres negras; e avaliar os limites e as possibilidades de enfrentamento desse quadro de desigualdade social que se mantém encastelado na concessão de bolsas de fomento à pesquisa àquelas/es que foram reconhecidas/os como pesquisadoras/es de alta e profunda produtividade científica.

Para dar conta desses objetivos, optamos pela realização de um estudo exploratório de natureza qualitativa por meio do qual, recorreremos ao processo de heteroidentificação (DIAS; TAVARES JUNIOR, 2018) das mulheres negras que estavam recebendo a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq no ano de 2020. Para esse processo de heteroidentificação, inicialmente consultamos as bases do CNPq para identificar todos/todas que estão recebendo essas bolsas³; na sequência, heteroidentificamos esses e essas pesquisadores e pesquisadoras de acordo com o gênero a partir de seus nomes, quando havia dúvidas quanto ao gênero, recorriamos à busca no Currículo Lattes, bem como nas bases das Universidades onde esses/essas profissionais atuam. Em seguida procedemos à heteroidentificação das pesquisadoras negras. Para isso, verificamos as fotos dos currículos dessas pesquisadoras. Quando não era possível por esse meio, buscamos vídeos na plataforma Youtube, fotos no site de rede social Facebook e nas imagens disponíveis em sites listados no Google Imagens. Os resultados desses movimentos de pesquisa estão disponíveis nas seções subsequentes.

³ Para essa consulta, acessamos a base de dados disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso > Acesso em: 24 ago. 2020.

Heteroidentificação das bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq

Segundo Santos (2018, p. 4), “a palavra ‘heteroidentificação’ é nova no vocabulário brasileiro”. Trata-se de um procedimento realizado por terceiros, mas que, segundo Osório (2004, p.114-115), não deve se confundir com qualquer esforço na direção de

[...] estabelecer com precisão um tipo “biológico”, mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminação.

Esse caráter local do processo de heteroidentificação é atualização do que Almeida (2020) chamou de “processo de racialização”. Por meio desse processo, um sujeito que, no Nordeste brasileiro teve sua experiência marcada por uma identidade branca, pode, ao migrar para o Norte dos Estados Unidos, descobrir que lá, ele será novamente racializado e doravante identificado como latino. Nesse sentido, o processo de heteroidentificação racial é atravessado pela experiência local de raça daqueles/as que heteroidentificam. Acerca dessa questão, Vaz (2018, p. 37-38) aponta que,

no Brasil, predomina o **preconceito racial de marca**, de modo que a discriminação é praticada por meio de construções sociais que promovem a exclusão de determinadas pessoas, em razão de suas características fenotípicas – tais como cor da pele, traços faciais e textura dos cabelos –, associadas ao grupo étnico-racial a que pertencem. Assim, o **racismo à brasileira** afeta os indivíduos em virtude de sua **aparência racial** – que determina sua potencial vulnerabilidade à discriminação racial –, e não de sua ascendência ou composição genética. Nesses contextos sociorraciais, é usual que a discriminação racial se intensifique na medida em que as características fenotípicas do indivíduo se afastem daquelas consideradas típicas do **grupo dominante**. Efetivamente, há diferenciações baseadas na pigmentação da cor da pele – combinada com os traços faciais e textura dos cabelos –, numa espécie de escala ascendente de tons, na qual os indivíduos de pele mais escura figuram na base da pirâmide sociorracial, em contraposição àqueles que possuem a pele mais clara, aos quais é reservado *status* de superioridade. Ou seja, quanto mais **desviante** do **padrão fenotípico hegemônico**, maior a potencialidade de o indivíduo sofrer discriminação racial (grifos da autora).

Observa-se assim, que as características fenotípicas determinam a forma como, no Brasil, o processo de racialização, sobremaneira a racialização negra, se dá. Fatores como, por exemplo, a ascendência/ancestralidade, podem dialogar com o movimento de autodeclaração étnico-racial. Contudo, para efeitos de heteroidentificação étnico-racial, são as características fenotípicas que se fazem determinantes, sobremaneira a pigmentação da cor da pele, os traços faciais e a textura dos cabelos. Quão mais distante estejam esses aspectos daqueles que são associados ao padrão branco, mais vulneráveis ao racismo estarão os sujeitos.

Assim, no Brasil, é o fenótipo que determina o processo de racialização e, portanto, o racismo. É essa hierarquização que faz com que dois sujeitos que se autodeclaram pardos, possam ter experiências raciais substancialmente distintas, uma vez que podem ser heteroidentificados localmente como pardos, mais ou menos negros, ou como pardos, mais ou menos brancos. Nesse sentido, o processo de heteroidentificar os sujeitos, é atravessado pela experiência daqueles/as que heteroidentificam e se constitui num movimento historicamente e localmente marcado pelo que se define como mais ou menos desviante da norma.

Para o processo de heteroidentificação realizado nessa pesquisa, optamos por buscar variadas fontes de informações que nos permitissem heteroidentificá-las e trazer à baila aquelas que reconhecemos, por meio dos recursos que nos foram possíveis, como negras. Em face das possibilidades de incorrer em falsas inclusões, optamos por incluir apenas aquelas que significamos como mulheres negras a partir de imagens que nos permitiam essa significação.

Com o objetivo de minimizar o risco e potencializar o rigor na escolha daquelas que seriam investigadas nesse estudo, recorreremos à busca de imagens e vídeos seus em redes sociais como Facebook, plataformas de compartilhamento de vídeos como Youtube e à procura de registros apontados através do buscador Google Imagens.

Assim, com vistas a minorar essas variações da percepção racial local, para aquelas mulheres nas quais as imagens que conseguimos reunir não nos

permitted the security of affirming them as Black researchers, we opted not to consider them within the inclusion criterion. What does not mean that the women who are outside the universe of researchers who were brought to the table, do not or do not self-declare as Black. The opposite is also true! As it is a procedure in which we base ourselves on digital images (static or dynamic), collected in internet interfaces, it is possible that the researchers, who were considered within the inclusion criteria, do not recognize and do not self-declare as Black. This is a strong limitation of this type of methodological procedure. However, we believe that, within the limitations imposed by the human condition and the subjective experience of the authors of this research; as well as, within the limitations imposed by the images that were collected, what can be guaranteed is the rigor with which these movements were carried out within a serious and engaged investigative effort.

Assim, em face da viabilidade da pesquisa (FLICK, 2009), para a identificar as mulheres negras que ocupam as bolsas de produtividade em pesquisa, inicialmente consultamos às bases de dados do CNPq e na sequência, observamos nos Currículos Lattes de cada um/uma dos/das pesquisadores/pesquisadoras listados/listadas marcadores que nos permitissem heteroidentificá-los/las quanto ao gênero. Uma vez heteroidentificadas as bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, com bolsa vigente em 2020, procedemos à heteroidentificação daquelas cujo fenótipo nos permitia, dentro dos recursos possíveis, heteroidentificá-las, no contexto brasileiro, como negras. Como resultados desse movimento de pesquisa, foi possível organizar essas/es pesquisadoras/es na tabela 1.

Tabela 1 – Heteroidentificação mulheres negras com bolsas de produtividade em pesquisa pelo CNPq, na área da Educação, com projetos vigentes em 2020

Nível	Pesquisadores	Pesquisadoras	Pesquisadoras Negras	Total de Bolsas
SR	8	5	0	13
1A	13	14	0	27
1B	11	16	1	27
1C	11	28	0	37

1D	34	46	1	77
PQ-2	76	149	9	223
Total de Bolsas	153	258	11	404

Fonte: Construído pelos autores com base nos dados do CNPq (2020).

Os dados resultantes desses movimentos de pesquisa foram codificados a partir da categorização das análises dos Currículos Lattes das 11 mulheres negras bolsistas de produtividade em pesquisa pelo CNPq com projetos avaliados dentro da área de Educação. O quadro 1, apresenta uma breve descrição acadêmica dessas pesquisadoras.

Quadro 1 – Heteroidentificação das pesquisadoras negras com bolsa de produtividade em pesquisa pelo CNPq, na área de Educação com projetos vigentes em 2020.

Nível da bolsa PQ	Pesquisadora Negra / Endereço do Currículo Lattes	O que pesquisa?
2	Iolete Ribeiro da Silva http://lattes.cnpq.br/6024598140248335	Atuação do psicólogo nas políticas públicas de educação e assistência social com foco na promoção dos direitos humanos da população amazônica; aspectos psicossociais da desigualdade e processos de transformação social; psicologia, movimentos sociais e processos de inclusão de grupos historicamente excluídos; interseccionalidade entre gênero e raça, preconceitos, violências, processos de exclusão e manifestações de sexismo na escola e na Universidade.
2	Ivany Pinto http://lattes.cnpq.br/6649004854958284	Educação, representações sociais, adolescentes, projeto de vida e ensino-aprendizagem.
1D	Lilian de Aragão Bastos do Valle http://lattes.cnpq.br/2217832994315714	Educação democrática, o papel da filosofia da educação, autonomia e criação humana, escola pública, teoria e prática da formação humana
2	Luzia Bueno http://lattes.cnpq.br/5506304240801811	Ensino de gêneros textuais, letramento, leitura e escrita, linguagem e trabalho do professor
2	Maria do Carmo de Sousa http://lattes.cnpq.br/6637658562543505	Formação de Professores, Educação Matemática, Educação Conceitual, História da Matemática e ensino de álgebra
2		História, Trabalho e Educação; Historiografia da Educação; História da Reconstrução das Instituições

	Maria Isabel Moura Nascimento http://lattes.cnpq.br/9271546918567505	escolares no Brasil; Imprensa e a Educação e o Negro e a Educação.
2	Nilma Lino Gomes http://lattes.cnpq.br/7444449891704854	Diversidade, cultura e educação, relações étnico-raciais e educação, formação de professores e diversidade étnico-racial, políticas educacionais, desigualdades sociais e raciais, movimentos sociais e educação, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro
1 B	Rosa Fátima de Souza Chaloba http://lattes.cnpq.br/6453276942134992	Cultura escolar, história da educação (história do ensino primário e secundário e história do currículo), cultura material escolar, centros de documentação e patrimônio histórico escolar
2	Talita Vidal Pereira http://lattes.cnpq.br/0712774444037943	Currículo; Políticas curriculares, Currículo e Avaliação da Aprendizagem, Cultura; Conhecimento, Formação Docente, ensino de Ciências nos anos iniciais de escolarização
2	Wanda Maria Junqueira de Aguiar http://lattes.cnpq.br/1565105678352914	Educação, psicologia da educação, formação de professor, sentidos e significados, dimensão subjetiva e emancipação/ transformação
2	Wilma de Nazaré Baía Coelho http://lattes.cnpq.br/1035616337472088	Formação de Professores; Educação Básica; Educação para Relações Étnico-raciais; Ensino de História, Sociabilidades adolescentes; Legislação educacional, todos relacionados à Formação inicial e continuada de Professores e a Escola Básica

Fonte: Os autores, com base nos Currículos Lattes das mulheres heteroidentificadas (2020)

A partir dos dados apresentados na tabela 1, observa-se que, ao nível da bolsa PQ-2, cerca de 65% dessas, são preenchidas por mulheres. Contudo, na medida em que os níveis das bolsas se elevam, percebe-se que a representatividade feminina vai decaindo progressivamente até o limite da inversão numérica. Assim, ao nível da bolsa Sênior, cerca de 65% dessas bolsas são ocupadas por homens e não mais por mulheres.

Quando olhamos a representatividade das mulheres heteroidentificadas nessa investigação, percebe-se que, do total das mulheres agraciadas com as bolsas em nível PQ-2, apenas 6% foram percebidas como negras. O comparativo entre mulheres brancas e negras aos níveis A1 ou Sênior, não foi sequer possível tendo em vista que nenhuma mulher negra ocupa essas bolsas. Tais dados, sinalizam que, o racismo, é, em si mesmo, combustível

necessário para mover as engrenagens desse modelo de sociedade (ALMEIDA, 2018; 2020).

Como frutos de uma sociedade racista, o Estado, suas instituições, bem como os sujeitos que dela participam, estão eivados e são movidos por esse combustível. Como reflexo disso, nos defrontamos com um quadro no qual cerca de 2,5% das mulheres que foram agraciadas com as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq puderam ser heteroidentificadas como negras. Diante da configuração social brasileira, não é estranho que 75% dessas mulheres estejam situadas no nível mais baixo dessas bolsas. Esse quadro é reflexo de uma sociedade que se ergue sob alicerces racistas e cujas instituições não poderiam deixar de, em maior ou menor grau, reproduzirem esse racismo.

Assim, com o intuito de evidenciar possíveis relações que suas pesquisas mantinham com suas experiências de mulheres negras numa sociedade racista, partimos, na seção seguinte, para análise do conteúdo dos Currículos Lattes dessas pesquisadoras.

O conhecimento produzido por mulheres negras e suas relações com questões de gênero e raça

Para dar conta desse objetivo, lançamos mão do dispositivo metodológico da análise de conteúdo dos currículos dessas pesquisadoras. A análise de conteúdo se caracteriza por seus aspectos de interpretação. As etapas propostas por Bardin (1997), para a análise de conteúdo, seguidos nessa investigação foram: a) pré-análise; b) exploração do material e tratamento dos resultados; e c) inferência e interpretação.

Em nosso caso, o material selecionado foram os Currículos Lattes das 11 bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, heteroidentificadas como mulheres negras. O volume de mulheres que entraram nos critérios de inclusão reflete a desigualdade de raça na distribuição dessas bolsas. De um total de 251 mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa, com projetos vigentes na área de Educação em 2020, heteroidentificamos 11 com fenótipo negro (pardas negras, ou pretas). Em continuidade, buscou-se compreender a

trajetória acadêmica e profissional, bem como as possíveis aproximações com questões de raça e gênero. As categorias produzidas estão dispostas a seguir.

a) Pesquisadoras da área

Em torno dessa categoria, foram reunidas as pesquisadoras que mantêm como foco o interesse por pesquisas em Educação sobre questões de raça e/ou gênero. Das 11 pesquisadoras que foram heteroidentificadas como mulheres negras, três compuseram essa categoria. A análise dos currículos dessas mulheres está disposta no quadro 2.

Quadro 2 – Pesquisadoras da área

Pesquisadora	Foco	Descrição
Iolete Ribeiro da Silva http://lattes.cnpq.br/6024598140248335	Investiga questões de gênero e sexualidade e mantém aproximações com investigações acerca de questões étnico-raciais	Psicóloga, com mestrado e doutorado em Psicologia. É professora da Universidade Federal do Amazonas, e além de atuar na graduação, atua nos Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Psicologia. É também colaboradora do Conselho Federal de Psicologia e Conselheira Tutelar do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Dentre as produções científicas dessa investigadora, observam-se estudos com foco na questão étnico-racial (WEIGEL; et al., 2012; SILVA, 2017; MASCARENHAS; et al., 2015), bem como estudos com foco nas questões de gênero e sexualidade (SOUZA; SILVA; HONORATO, 2020; UCHOA et al., 2020).
Wilma de Nazaré Baía Coelho http://lattes.cnpq.br/1035616337472088	Investigações acerca de questões étnico-raciais	Pedagoga com mestrado em Gestão e Ensino Superior e doutorado em Educação. É professora da Universidade Federal do Pará. Além de atuar na graduação, atua Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Programa em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM) e no Doutorado em Rede Educação na Amazônia (EDUCANORTE/PGEDA) Atua na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); na Associação Nacional de História (ANHis); no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Se dedica especificamente ao estudo das questões étnico-raciais no campo da educação (COELHO; BRITO, 2020; COELHO; DIAS, 2020; COELHO; BRITO, 2019).
Nilma Lino Gomes	Investigações de questões	Pedagoga com mestrado em Educação e doutorado em Antropologia Social. É professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Além de atuar na graduação,

http://lattes.cnpq.br/7444449891704854	étnico-raciais com aproximações com os estudos interseccionais de gênero, raça e classe	atua também no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG. Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013). Integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (gestão 2010 a 2014). Foi reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2013-2014). Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff. É membro da ANPEd, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Seus estudos enfocam a análise das questões étnico-raciais bem como as questões interseccionais de gênero e raça (GOMES, 2019a; GOMES, 2019b; GOMES, 2019c)
---	---	---

Fonte: Os autores, com base nos Currículos Lattes das mulheres heteroidentificadas (2020)

A partir da análise dos currículos dessas pesquisadoras, foi possível observar o esforço teórico-metodológico, ao longo de suas trajetórias de vida, no sentido da constituição dos campos de estudos de gênero, sexualidade e educação; educação e relações étnico-raciais; bem como estudos interseccionais de gênero, raça e educação.

Esse quadro consiste, em si mesmo, no reflexo de um movimento de resistência. Uma resistência empreendida por essas mulheres negras que se arvoraram na produção do conhecimento em campos de estudos historicamente negligenciados e atualmente vilipendiados (GALLEGO, 2018). Contudo, os conhecimentos produzidos por essas mulheres são geradores de movimentos contra-hegemônicos de oposição ao *status quo* dessa sociedade assentada no machismo e no racismo (ALMEIDA, 2018; 2020).

Assim, do ponto de vista qualitativo, não resta dúvidas das contribuições dessas pesquisadoras para a construção desse campo epistemológico de resistência. Além disso, essas mulheres ocuparam e ocupam espaços de alto nível do executivo federal, da administração pública, da luta no campo dos movimentos sociais, em instituições de fomento à pesquisa, em ministérios do executivo federal, associações de pesquisa, coletivos de mulheres e do povo negro, bem como na pós-graduação *stricto sensu*.

Contudo, ao confortarmos o se observa no quadro 2, com o que se observa no quadro 1, percebe-se a síntese daquilo a que se opõem as lutas dessas mulheres. O que se constata é que a pesquisa institucionalizada e as instituições de fomento à pesquisa, como produtos dessa sociedade racista, são também atravessados pelo racismo. Ratifica-se assim a sinonímia do esforço teórico-metodológico dessas pesquisadoras com o esforço de resistência epistemológica em defesa dos saberes produzidos por mulheres negras em favor de uma sociedade igualitária.

b) Pesquisadoras que têm aproximação com área

Em torno dessa categoria, foram reunidas as pesquisadoras que, apesar de não enfocarem em suas pesquisas as questões de gênero e/ou raça, em algum momento, apresentaram em suas produções, de forma explícita, essa preocupação. Nesse sentido, das 11 pesquisadoras que foram heteroidentificadas como mulheres negras, duas compuseram essa categoria. A análise dos currículos dessas mulheres está disposta no quadro 3.

Quadro 3 – Pesquisadoras que investigam temas adjacentes aos campos do gênero e/ou raça

Pesquisadora	Foco	Descrição
Maria Isabel Moura Nascimento http://lattes.cnpq.br/9271546918567505	Pesquisadora do campo da História da Educação com aproximações com o campo das investigações de questões étnico-raciais, bem como aproximações com investigações no campo do gênero.	Pedagoga, com mestrado e doutorado em É professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, na linha de pesquisa Educação e Relações Étnico-raciais. Foi Membro do Comitê Científico de Ciências Humanas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UEPG). Foi membro do Comitê de Assessoramento da Educação (CAAs) da Fundação Araucária no período de 2009 a 2012. É associada da SBHE e Secretária Executiva do HISTEDBR. Mantém aproximações com estudos no campo das relações étnico-raciais (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2012; NASCIMENTO; ALMEIDA; DALL'LGANA, 2005), bem como sobre questões de gênero (MORETTO; NASCIMENTO, 2019; SOUZA; ZANLORENZE; NASCIMENTO, 2012).
Ivany Pinto	Investiga as relações entre as Representações	Graduada em Letras, Licenciada em Psicologia e em Formação do Psicólogo. Tem mestrado e doutorado em Educação. É professora da Universidade Federal do Pará. É coordenadora da linha de pesquisa

http://lattes.cnpq.br/6649004854958284	Sociais e a Educação e mantém aproximações com o campo do gênero.	Educação e Cultura. Integrou o projeto de pesquisa “Pesquisa-intervenção com mulheres adolescentes negras atendidas na Unidade Básica de Saúde da Pedreira – UBS, acerca das práticas sexuais, gravidez precoce e violência de gênero” no período de 2012 – 2014. Integrou o projeto de pesquisa “Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03” no período de 2009 – 2010 (UNESCO/MEC/SEC/SECAD). Desenvolveu estudos que mantém aproximações com o campo do gênero (NASCIMENTO; MORAES, 2011; NASCIMENTO, 2009).
---	---	---

Fonte: Os autores, com base nos Currículos Lattes das mulheres heteroidentificadas (2020)

Observa-se, a partir do quadro 3, que essas pesquisadoras, embora não dediquem todos os seus esforços investigativos à construção do campo de estudos do gênero e/ou das questões étnico-raciais na educação, suas trajetórias acadêmicas são também atravessadas por movimentos de engajamento com agências de fomento, projetos e associações de pesquisa que se voltam para o fortalecimento dessa área do conhecimento.

Além disso, essas mulheres, ao longo dos seus percursos acadêmicos, se dedicaram a socializar os resultados de algumas investigações desenvolvidas que enfocaram questões de gênero e/ou étnico-raciais na educação, o que demonstra suas preocupações em produzir resistência no campo epistemológico.

Diante desse dado, observa-se que as mulheres negras e que foram agraciadas com as bolsas de produtividade do CNPq, dentro da área da Educação, investigam temas diversos e não só temas relacionados aos estudos de gênero e/ou das relações étnico-raciais. Existem aquelas que se dedicam a esse campo, mas assim como no caso das pesquisadoras que não foram heteroidentificadas como mulheres negras, as 11 bolsistas de produtividade em pesquisa heteroidentificadas nesse estudo investigam temas diversos do campo da Educação, dentre os quais as questões de gênero e/ou étnico-raciais.

Com efeito, é sabido que, pelo menos 46% dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq são liderados por mulheres (CNPq, 2014). Sabe-se também que a maioria do povo brasileiro é negro. Então, nesse sentido, é

possível inferir que as mulheres negras que compõem o campo de pesquisa da área da Educação investigam em todas subáreas. Contudo, numa sociedade estruturalmente racista (ALMEIDA, 2018; 2020), o percurso até essas bolsas de produtividade é claramente um percurso propenso a ser trilhado por homens brancos e que investigações acerca de questões de gênero e/ou étnico-raciais tendem a serem tergiversadas.

Evidencia-se que, as mulheres, e sobretudo as mulheres negras, que ocupam esses espaços o fazem às custas de muita luta e de muita resistência, sobremaneira daquelas mulheres negras que constroem o campo de estudos que é objeto dessa pesquisa.

c) Pesquisadoras que investigam outras questões

Em torno dessa categoria, foram reunidas as pesquisadoras que, na análise de seus currículos não foram encontrados elementos explícitos que justificassem interfaces de suas produções científicas com questões de gênero e/ou étnico-raciais. Nesse sentido, das 11 pesquisadoras que foram heteroidentificadas como mulheres negras, seis compuseram essa categoria. A descrição sucinta dos currículos dessas mulheres está disposta no quadro 4.

Quadro 4 – Pesquisadoras que investigam temas mais distantes das questões gênero e/ou raça

Pesquisadora	Foco	Descrição
Lilian de Aragão Bastos Valle http://lattes.cnpq.br/2217832994315714	Pesquisadora do campo da Filosofia da Educação. A partir da análise do Currículo Lattes foi possível identificar que a pesquisadora dialoga sobre as questões filosóficas.	Graduada em Pedagogia e doutora em Sciences de L Éducation. É Professora titular de Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Pós-Graduação em Artes da UERJ e é Sub-chefe do Departamento de Estudos da Subjetividade e da Formação humana (DESF).
Luzia Bueno http://lattes.cnpq.br/5506304240801811	Pesquisadora do campo da Linguística Aplicada, com foco em Gênero Textual, Literatura e Formação Docente.	Graduada em Letras e Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em Linguística Aplicada e doutorado em Ciências da Educação. É professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade São Francisco na cidade de Itatiba-SP. Colabora com as linhas de

		pesquisa “Linguagem e ensino de gêneros textuais” e “Linguagem e trabalho” do grupo de pesquisa ALTER-LAEL e ALTER-CNPq vinculados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
<p>Maria do Carmo de Sousa</p> <p>http://lattes.cnpq.br/6637658562543505</p>	<p>Pesquisadora do campo da Educação Matemática e Formação Docente.</p>	<p>Licenciada em Matemática com mestrado e doutorado em Educação, área de concentração em Educação Matemática. É professora da Universidade Federal de São Carlos. Atua no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE - UFSCar). Coordenou o Programa Observatório da Educação (OBEDUC-UFSCar), no período de 2009 a 2012. Atuou no cargo de professor assistente na UNESP - Presidente Prudente; como docente e supervisora de EAD - Cegesp (UNICAMP) e, na Educação Básica, em escolas públicas e particulares, da cidade de Salto/SP.</p>
<p>Rosa Fátima de Souza Chaloba</p> <p>http://lattes.cnpq.br/6453276942134992</p>	<p>Pesquisadora do campo da História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura escolar, história da educação (história do ensino primário e secundário e história do currículo), cultura material escolar, centros de documentação e patrimônio histórico escolar.</p>	<p>Com mestrado e doutorado em Educação. É livre docente. É professora titular. Atua como vice-diretora da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Araraquara (gestão 2017-2021). É membro da Coordenação de Área de Ciências Humanas e Sociais (CHIII) da Fapesp. É pesquisadora do Laboratório de Investigación: Género, Interculturalidad y Derechos Humanos (LIGIDH) vinculado ao Colegio de San Luis de Postosi (COSAN/México). É presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação (gestão 2019 - 2021). Coordenou o GT de História da Educação da ANPEd (2008-2009) e respondeu pela vice coordenação desse GT entre 2006 e 2007 tendo integrado o Comitê Científico da ANPEd nos anos de 2011 e 2012. Atuou como membro do Comitê de Avaliação Capes - Área de Educação (2007, 2009/2012) e do Comitê de Avaliação de Livros Capes - Área de Educação (2012 e 2013). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências /UNESP/Campus de Marília.</p>
<p>Talita Vidal Pereira</p> <p>http://lattes.cnpq.br/0712774444037943</p>	<p>Pesquisadora da área de currículo, com ênfase em Políticas curriculares, Currículo e Avaliação da Aprendizagem, Cultura; Conhecimento, Formação Docente e Ensino de Ciências nos anos iniciais de escolarização.</p>	<p>Graduada em Química com mestrado e doutorado em Educação. É professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua como docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PROPEd-UERJ) e do PPGECC-UERJ. Participa da Rede Latino-americana de Teoria do Discurso e do Grupo de Trabalho de Currículo (GT 12) da Anped. É sócia da Associação Brasileira de Currículo (ABdC). Foi Coordenadora do PPGECC/FEBF/UERJ (2014-2017). Integra o Conselho Consultivo da sub-Reitoria de</p>

		Pesquisa da UERJ 2019-2021 e o Comitê PIBIC- Área de Ciências Humanas.
Wanda Maria Junqueira de Aguiar http://lattes.cnpq.br/1565105678352914	É pesquisadora da área de Psicologia da Educação, com ênfase em Psicologia Sócio-Histórica. Dentre os temas investigados são mais frequentes os da formação de professor, sentidos e significados, dimensão subjetiva e emancipação/transformação.	Psicóloga com mestrado e doutorado em Psicologia. É professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua na graduação e no “Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação” e no “Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação de Professores”. Coordenou o Projeto de Cooperação Acadêmica - PROCAD (2008-2012), realizado em parceria entre as instituições PUCSP, UFAL, UNISA RJ, com apoio da Capes. Atualmente coordena outro PROCAD (2015-2020), que está sendo realizado entre as instituições PUCSP, UFAL, UFPI, UERN, com apoio CNPq/Capes.

Fonte: Os autores, com base nos Currículos Lattes das mulheres heteroidentificadas (2020)

Evidencia-se que a condição de mulher e de negra dessas pesquisadoras não é um fator determinante do foco de suas pesquisas. Pesquisadores brancos não reduzem suas áreas de atuação ao campo da pesquisa sobre sua condição de homem e branco. Pesquisadoras brancas não se limitam a pesquisar sobre sua condição de mulher branca. Do mesmo modo, essas mulheres negras, desbravam outros campos do conhecimento para além daqueles que enfocam a análise das questões de gênero e/ou étnico-racial no campo da Educação.

Homens e mulheres não-negras podem estar contribuindo, e certamente estão, para a produção do conhecimento sobre as questões de gênero e/ou étnico-raciais dentro da área da Educação. Do mesmo modo, mulheres negras também investigam temas para além desse campo de estudos. A significação do campo dos estudos sobre as mulheres negras como um campo limitado às próprias mulheres negras é também reflexo do machismo e do racismo que alicerça essa sociedade na qual estamos assentados/as.

O racismo constitui as ações conscientes e também os movimentos inconscientes dos sujeitos. Quando um casal negro, cisgênero e heterossexual, por exemplo, vai para um restaurante de elite, sua presença causa um estranhamento local. Esse estranhamento será ainda maior se a conta for paga pela mulher. Esse machismo e esse racismo, não estão localizados naquele restaurante. A ausência de pessoas negras nos espaços

de poder não causa o estranhamento cotidiano que suas presenças causam. Isso porque tal ausência é o normal, está naturalizada e generalizada em todos os setores dessa sociedade estruturalmente racista.

Nesse sentido, o Atlas da Violência de 2018 indica que “em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras” (CERQUEIRA et al., 2018, p. 44). Quando observamos os microdados por Unidades da Federação (UF), percebe-se que, no período de 2006 a 2016, no Rio Grande do Norte e do Maranhão o aumento dos casos de homicídio contra mulheres cresceu em 138,1% e 137,3%, respectivamente. Das 27 UF, apenas 07 apresentaram taxas negativas. Quando se observa esses dados a partir da questão interseccional de gênero e raça, o que se constata é que “em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%” (CERQUEIRA et al., 2018, p. 51).

Segundo Teles (2018, p. 66), “um jovem negro tem 147% mais chances de sofrer homicídio do que um branco”. O Atlas da Violência de 2018 aponta que, em 2016 a taxa de homicídios de negros “foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%” (CERQUEIRA et al., 2018, p. 40).

A partir da heteroidentificação das mulheres negras agraciadas com bolsas de produtividade em pesquisa pelo CNPq, na área da Educação; bem como da análise de seus currículos; em diálogo com os dados emergentes da realidade brasileira, ratifica-se o quadro de desigualdades produzido nesta sociedade racista. Como o CNPq é uma das instituições assentadas nessa sociedade racista, ele também reflete esse racismo. Nesse sentido, é urgente e necessário a superação radical com esse modelo de sociedade. Ainda que avancemos no sentido da implementação de uma política reparadora, não se pode desviar, um milímetro sequer, da defesa de uma sociedade igualitária.

Considerações Finais

Todas as mulheres que foram trazidas à baila, nessa investigação, são líderes de grupos de pesquisa, ocuparam/ocupam espaços no executivo nacional, na administração pública, integram associações de pesquisa e de fomento à pesquisa, são membros de corpos editoriais, pareceristas em periódicos científicos, se dedicam à produção do conhecimento nos mais variados temas da Educação, e engrossam as trincheiras da resistência epistemológica em defesa dos saberes produzidos pelo povo negro. Além disso, essas mulheres contribuem para a formação de uma nova geração de pesquisadoras e pesquisadores, e favorecem novas representações do que é ciência e do que é uma/um cientista. Contribuem para que meninas negras possam se reconhecer como potenciais cientistas, intelectuais, porque quando uma sobe puxa a/o irmã/ão.

Essas mulheres, não só ascenderam, mas elas também contribuíram e contribuem para a formação novas epistemes junto a estudantes de graduação, de mestrado, doutorado, na supervisão de estágios pós-doutorais, bem como na disseminação do conhecimento produzido em seus escritos e falas. Assim, é possível sustentar que há uma resistência no campo epistemológico que situa o debate científico sobre a Educação e as questões de gênero, raça e classe, inclusive por meio da presença dos corpos dessas mulheres em múltiplos cenários nos quais à norma causa estranhamento, ainda que nem todas elas tenham consciência disso.

Chama atenção que o campo da Educação, uma área majoritariamente marcada pela presença feminina, tenha tão poucas mulheres negras ocupando as Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Contudo, numa sociedade alicerçada no machismo e no racismo, os menos de 2,5% de mulheres negras que ocupam essas bolsas é o normal. Coincidentemente, trata-se de um número muito aproximado do que já se havia anunciado acerca da presença de mulheres negras nos PPG brasileiros: “quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes” (GÊNERO E NÚMERO, 2019, online).

A análise das trajetórias acadêmicas dessas pesquisadoras que, ousadamente e com muita luta, ocuparam/ocupam as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq, pode nos inspirar a construir uma outra sociedade. Pois se no campo da Pesquisa em Educação, que é majoritariamente feminina, o que observamos é que os níveis mais altos das bolsas de produtividade ainda são ocupados por homens, e se, o total de mulheres negras agraciadas com tais bolsas gravita em torno de 2,5%, o que podemos inferir acerca dos campos das Engenharias, da Química da Física e outros tantos tradicionalmente masculinos? Investigar essa questão é um dos desafios lançados à/ao leitor.

As trajetórias dessas mulheres são inspiração para a formação de novos quadros intelectuais neste país. Além disso, podem contribuir para a construção de uma face mais igualitária para a ciência brasileira. Uma face inclusive na qual, não precisemos mais discutir sobre Bolsas de Produtividade em Pesquisa ou de Produtividade no que quer que seja. Uma face na qual possamos nos dedicar a pesquisa sem nos dividirmos com a preocupação com as métricas. Uma face na qual investimentos sérios sejam realizados para que pesquisadoras e pesquisadores tenham condições de trabalho dignas. Uma face na qual não sejamos colocados uns/umas contra os/as outros/as na disputa por uma bolsa.

O grau de desigualdade na distribuição de bolsas concedidas às pesquisadoras negras em relação aos homens e em relação às mulheres brancas é um escândalo que precisa ser alardeado e superado. Sapientes de que se trata de uma condição estrutural, estamos aqui na defesa de uma outra sociedade. Essa casa precisa ser demolida e outra precisa ser construída. Dizer que o racismo é estrutural não significa dizer que ele não pode ser superado. Se de fato queremos combatê-lo, então é preciso assumir a necessidade de combater a forma como as relações sociais se estabelecem nesse modo de produção sob o qual o Estado se assenta. Assim, urge, nesse sentido, a necessidade da implosão dos alicerces dessa sociedade de classes.

Estamos certos de que é possível a construção dessa nova sociedade! É possível porque essa pirâmide, assim como a casa referida na introdução,

foi/é construída do mesmo cimento ruim, ela é de areia. Basta inverter a pirâmide que veremos que sua estrutura desmorona e tudo se planifica. Numa pirâmide, a base é muito mais larga e comprida que o topo. Se invertermos essa pirâmide, que lembremos, é sustentada pela base, e que lembremos, ela é de areia, a base esmaga o topo e já não existirá mais base, nem existirá mais topo. Toda a estrutura será apenas areia. Cada grão de areia estará ao mesmo nível, de forma igualitária.

Certamente que seres humanos vivendo em sociedade, no contexto de uma fase na qual o Capitalismo nos força a um individualismo cada vez mais exacerbado, à competitividade, ao adoecimento físico e psíquico e alhures; estamos cientes de que a inversão da pirâmide social é muito mais complexa do que a inversão da pirâmide de areia. A luta por uma sociedade igualitária envolve alianças, envolve relações e envolve conflitos. O que não se pode mais é sustentarmos o aprofundamento das desigualdades que fazem, a cada ano, às custas do sangue e do suor de milhões de pessoas que são jogadas nas piores condições de subsistência, produzirmos 42 bilionários e ainda ousarmos nos orgulhar disso. Isso é uma vergonha!

Nesse sentido, que mais mulheres negras abalem as estruturas dessa pirâmide social. Que elas nos puxem com sua força ancestral para que nos somemos a elas numa luta engajada e cujo final não possa ser outro senão a efetiva construção de uma sociedade igualitária! Que nos engajemos em movimentos organizados de luta e resistência e que esses movimentos de luta busquem uma unidade na diversidade. Movimentos de pessoas de todas as etnias, idades, orientações sexuais, identidades de gênero e alhures, que os movimentos se unifiquem e possamos nos engajar e lutar por uma sociedade igualitária.

Com efeito, é imprescindível que estudos como esse sejam também realizados com foco nos povos originários que conseguiram ascender aos lugares de poder e que implicações essa ascensão traz para a luta por uma sociedade igualitária. Se as irmãs e os irmãos racializado/as que ascendem puxarem aqueles/as que estão tentando ascender, certamente construiremos uma sociedade melhor. Nessa corrente não podemos soltar as mãos!

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Negras são 28% dos brasileiros, mas têm baixa participação política: em 2016, 3,2 % das prefeitas eleitas eram mulheres negras, publicado em 07/10/2020 - 08:00 por Letycia Bond - Repórter da Agência Brasil - Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica> Acesso em: 30 de ago. de 2021

ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018

ALMEIDA, S. L. Racismo Estrutural. 6ª reimpressão. São Paulo: Sueli Carneiro ; Editora Jandaíra, 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

CERQUEIRA, D. et. al. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018.

CNPq. Distribuição percentual dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança. 2014. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ciwxD>> Acesso em: 09 set. 2020

CNPQ. Parte II - As negras e os negros nas bolsas de formação e de pesquisa do CNPq, 2015 Disponível em: <encurtador.com.br/nqHMR> Acesso em: 09 set. 2020

CNPQ. Quantitativos de bolsas: por sexo, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/hnJLT> Acesso em: 09 set. 2020

COELHO, W. N. B.; BRITO, N. J. C. Dez anos da lei n. 10.639/2003 e a formação de professores e relações raciais em artigos (2003/2013): um tema em discussão. Práxis educacional, v. 16, p. 19-42, 2020.

COELHO, W. N. B.; COELHO, M. C. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. Educar em revista, p. 67-84, 2013.

COELHO, W. N. B.; DIAS, S. B. Relações raciais na escola: entre legislações e coordenações pedagógicas. Revista ABPN, v. 12, p. 46-67, 2020

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016

DAVIS. A. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017

DAVIS, Angela. Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. El País [Internet], 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html Acesso em: 31 de ago. 2021

DEMIER, F.; HOEVELER, R. (org.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Orgs.). Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018,

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALLEGO, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GÊNERO E NÚMERO. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/FITU3> Acesso em 12 set. 2020

GOMES, N. L. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. PERSEU: História, Memória e Política, v. 1, p. 123-142, 2019.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, N. L. Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder. Currículo sem Fronteiras, v. 19, p. 609-627, 2019c.

GOMES, N. L. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. Revista ABPN, v. 11, p. 141-162, 2019b.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. Política & Sociedade, v. 10, p. 133-154, 2011

IBGE. Cor ou raça, IBGE Educa, 2015. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>> Acesso em 31 de ago. de 2021.

IBGE. Quantidade de homens e mulheres, IBGE Educa, 2018. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em 31 de ago. de 2021.

IBGE. Desemprego. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em 31 de ago. de 2021.

INFOMONEY. Lista de bilionários brasileiros da Forbes ganha 42 nomes em 2021; conheça os novos ricos. 30 ago 2021 12h15. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/lista-de-bilionarios-brasileiros-da-forbes-ganha-42-nomes-em-2021-conheca-os-novos-ricos/> Acesso em 31 de ago. de 2021.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 8ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MORETTO, L.; NASCIMENTO, M. I. M. O Olhar Feminino e Infantil em Marx: Implicações Educacionais Marxianas Sobre a Condição das Mulheres e das Crianças nas Fábricas. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESAFIOS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 2019, Uberlândia. Anais... Uberlândia, SP, 2019.

NASCIMENTO, I. P. De que família estamos falando? entre o ideal e o vivido. Nuances, v. 20, p. 195-206, 2009.

NASCIMENTO, I. P.; MORAES, F. K. Adolescentes grávidas acompanhadas em uma unidade de saúde da família: análise de suas representações sociais sobre a escola. Adolescência & Saúde, v. 08, p. 27--34, 2011.

NASCIMENTO, M. I. M.; ALMEIDA, A. C.; DALL'LGANA, M. B. Iconografias da Arte Indígena Guarani e Kaingang do Sudoeste do Paraná: propósito para a memória das minorias étnicas. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa-PR: Cefet, 2005.

NASCIMENTO, M. N. M.; NASCIMENTO, M. I. M. . Educação, Relações Étnico-raciais e Formação de Professores. In: CASIMIRO, A, P; AGUIAR, I. P. (Orgs.). Etnia e Educação. Campinas - SP: Alínea, 2012, p. 31-40.

NUNES, G. H. L. Autodeclarações e comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas. In.: DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Orgs.). Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018, p. 11-31.

SANTOS, F. D. Prefácio. In.: DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Orgs.). Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018, p. 06-10.

SILVA, I. P. Em busca de significados para a expressão "Ideologia de Gênero". Educação em Revista, v. 34, 2018.

SILVA, I. R. Biografias negras e indígenas do Amazonas? Desafios para inclusão e respeito à pessoa humana em tempos de luta pela cidadania e democracia. In: MASCARENHAS, S. A. N.; ARAÚJO, J. (Org.). Desafios para o exercício da cidadania, qualidade de vida e inclusão sócio econômica na Amazônia. São Paulo: Loyola, 2017, v. 1, p. 322-339.

SOUZA, D. C.; SILVA, I. R.; HONORATO, E. J. S. Violência na intimidade de jovens ? Reflexões a luz da literatura. Interfaces Científicas - Humanas E Sociais, v. 8, p. 37-50, 2020

SOUZA, N. L.; ZANLORENZE, M. J.; NASCIMENTO, M. I. M. A Escola Normal de Curitiba e o ingresso de mulheres. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2012, Paraíba. Anais... Paraíba: Universidade Estadual da Paraíba, 2012. v. 1. p. 1-100.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In.: GALLEGO, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 65-72.

UCHOA, K. P.; et al. Meaning of gender relations produced by adolescents of a public school. Psicologia da educação, v. 1, p. 35-44, 2019.

VAZ, L. M. S. S. As comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. In.: In.: DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Orgs.). Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018, p. 32-79.

VEJA. Projeto quer – finalmente – cobrar imposto de donos de jatinhos e iates. Por Manoel Schlindwein Atualizado em 17 fev 2021, 13h23 - Publicado em 17 fev 2021, 18h30 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/projeto-quer-finalmente-cobrar-imposto-de-donos-de-jatinhos-e-iates/>

WEIGEL, V. A. C. M.; et al. Estudantes indígenas amazônicos e suas fronteiras nas cidades. In: FÁVERO, O.; PINHEIRO, M. G. S. P. (Org.). Diversidade na Educação de Jovens e Adultos. Manaus: EDUA, 2012, v. 1, p. 11-50.